

Participação da PAS na Consulta Pública **Reforço do Abastecimento de Água ao Algarve,** **captação de água no Pomarão**

A PAS é uma plataforma que agrega treze Associações, Ongs e movimentos - A Rocha Portugal, Água é Vida, Al-Bio- Associação Agroecológica do Algarve, Almargem-Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, CIVIS-Associação para o Aprofundamento da Cidadania, a Ecotopia-Associação Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável, o FALA-Fórum do Ambiente do Litoral Alentejano, Faro 1540-Associação de Defesa e Promoção do Património Ambiental e Cultural de Faro, Glocal Faro, LPN-Liga para a Protecção da Natureza, a Probaal-Associação para o Barrocal Algarvio, Quercus-Associação Nacional de Conservação da Natureza e REGAR

ENQUADRAMENTO

A captação de água no Guadiana, a jusante de Alqueva, tem como **objectivo criar condições para os novos regadios propostos que se situam no sistema Beliche-Odeleite, que, supostamente, será reforçado por água oriunda desta captação** - é o que está expresso no **Plano de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHA)**, ideia que é reforçada quando se lê o **Estudo para o Regadio 2030**.

Ora esta decisão, que tem naturalmente o apoio de alguns sectores agrários, vai ao arrepio das conclusões de estudos e decisões europeias, nacionais, nomeadamente a Diretiva-Quadro da Água (2000/60/CE)

Conforme o ponto 23 da DIRECTIVA 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água, são necessários princípios comuns para coordenar os esforços dos Estados-Membros para aumentar a protecção das águas comunitárias em termos de quantidade e de qualidade, para promover uma utilização sustentável da água, para contribuir para o controlo dos problemas de águas transfronteiriças, para proteger os ecossistemas aquáticos e terrestres e as zonas húmidas que deles dependem directamente, e para salvaguardar e desenvolver as potenciais utilizações das águas comunitárias.

Ora neste caso não está assegurado o acordo nem da **empresa gestora do Alqueva, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA)**, nem do governo nacional de Espanha, nem do governo regional da Andaluzia.

A decisão de realizar este projeto deveria ter sido devidamente analisada e fundamentada, tendo por base estudos comparativos com outras soluções mais eficientes, menos onerosas e com menor impacto ambiental. Desconhece-se os estudos realizados, que motivaram a opção por este projeto, face a outras alternativas.

Basta ter presente o que está escrito em ANP/WWF - O DESGOVERNO DA (POUCA) ÁGUA QUE TEMOS

"Ao contrário do que é recomendado oficialmente pela Diretiva Quadro da Água, pelas instituições da UE e pelo Governo Português¹, a gestão da procura da água (reduzir e limitar os consumos e utilizações)

continua a ser subvalorizada face à contínua aposta no reforço da oferta, ou seja, no aumento das infraestruturas de captação e retenção de água.

No Algarve, por exemplo, os montantes aplicados na redução de perdas nas redes de abastecimento urbano e agrícola e na reutilização de águas residuais são significativamente inferiores aos investimentos aprovados para a construção da dessalinizadora em Albufeira e para o reforço da albufeira de Odeleite a partir da captação do Guadiana no Pomarão (esta última até ilegítima à luz do direito internacional), como a seguir se apresenta.

Gestão do consumo de água: Redução de perdas nas redes de abastecimento de água 20 M€ Reutilização de águas residuais 6 M€

Medidas de aumento da oferta de água: Construção da dessalinizadora em Albufeira 50M€ Reforço da albufeira de Odeleite a partir da captação do Guadiana 62 M€"

A mesma crítica nos surge quando lemos o Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão, Análise do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal, Medidas para COMPONENTE 9 – Gestão Hídrica. Bruxelas, 16.6.2021

" No que diz respeito às medidas estabelecidas na componente relativa à gestão hídrica (Componente 9), que são sensíveis numa perspetiva ambiental e de atenuação das alterações climáticas, Portugal assegura o respeito pelo princípio de «não prejudicar significativamente» aplicando todas as conclusões e condições das avaliações de impacto ambiental pertinentes. Apesar dos progressos alcançados por Portugal nos últimos anos, persistem alguns problemas no domínio da gestão hídrica. É o caso em particular da gestão governança dos recursos hídricos e da reabilitação das massas de água. São necessários mais investimentos em infraestruturas, nomeadamente, em matéria de recolha e tratamento de águas residuais, redução de fugas nas redes e abastecimento geral de água, a fim de melhorar a gestão hídrica, assim como soluções baseadas na natureza e a recuperação dos rios. Além disso, Portugal deve tirar partido do potencial de reutilização da água."

IMPACTOS

A opção de captar água no Rio Guadiana não aumenta a resiliência da Região e, além de carecer de negociações internacionais, será altamente lesiva para os ecossistemas dependentes do caudal do Guadiana, sobretudo a jusante da captação :

1. **necessitará de negociações internacionais:** o rio Guadiana é um rio transfronteiriço, pelo que os impactos atingirão Portugal e Espanha, e como tal deverão ser também discutidos com o Estado Membro vizinho e a população local afetada; o Guadiana alimenta a barragem do Chança, que é a origem direta da água para rega de uma plantação de abacates, com 600ha, recentemente instalada em Ayamonte / Villablanca (esta plantação retira cerca de 14.000.000 l / dia, ou seja 5.110.000.000 l / ano; já existe um diferendo entre Portugal e Espanha, relativamente à captação de água de Boca-Chança, que se destina à zona de Huelva.
2. **atravessará uma área de grande sensibilidade ambiental,** aumentando a nossa pegada ecológica, diminuindo o caudal do rio que tem a parte jusante integrada na Rede Natura 2000;
3. **pode prejudicar, ou mesmo extinguir os ecossistemas dependentes dos caudais excedentários** que se pretendem captar, com efeitos sobre a saramugo (*Anaocypris hispanica*), em perigo de extinção e que consta do Anexo II da Diretiva Habitats;
4. **pode aumentar a salinização já existente no Guadiana**

5. **não garante uma efetiva disponibilização de água**, já que todas as previsões apontam para a continuidade de baixas precipitações e conseqüente diminuição de caudais, que, mesmo a existir, terão que ter luz verde de Espanha para ser utilizados;
6. **depende da concordância da empresa gestora do Alqueva, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA), EDIA** que já manifestou reservas, relativamente à captação de água no rio Guadiana para "reforçar" as reservas no sistema Odeleite - Beliche, se essa captação obrigar a descarregar mais água, uma vez que o Alqueva já liberta importantes caudais para cumprir o caudal ecológico a jusante. Declarou que o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva "*é garantia de água para (... uma área de regadio com 130 mil hectares, para o abastecimento público e industrial e para a produção de energia hidroelétrica, além de potenciar o turismo na região do Alentejo (...)* importantes caudais para cumprir o caudal ecológico a jusante" e, nesse sentido, encontra-se "*muito perto da capacidade*" máxima de descarga....*Se essa captação nos obrigar a descarregar mais água, isso é uma preocupação para nós.*"
7. **aumenta a consumo de energia, como se comprova pela necessidade de reforçar a rede elétrica, mesmo que seja com energias renováveis;**
8. apresenta **impactos diretos na paisagem circundante:** apesar da captação prevista ser durante sete meses por ano, de outubro a abril. por efeito da diminuição da pluviosidade e dos caudais das ribeiras a jusante da captação, nomeadamente, nas ribeiras do Vascão e da Foupana, durante um período de cerca de seis meses, sensivelmente de maio a outubro, a paisagem vai tornar-se desoladora com as ribeiras total ou parcialmente secas. De notar que, atualmente nos anos de seca severa, já se observa esta tendência, que obviamente irá piorar significativamente, caso este projeto se concretize.
9. **agrava as alterações climáticas**, com a diminuição da humidade, devido à diminuição dos caudais das ribeiras a jusante, conjugada com as fracas pluviosidades, o que também poderá agravar o risco de incêndios no verão, nesta zona, rico que habitualmente já é elevado.
10. **prejudica o ecoturismo na região**, na sequência das alterações na paisagem, em particular, dos fracos ou inexistentes caudais nos cursos de água a jusante da captação.
11. **são questionáveis os resultados / benefícios** deste projeto, face **ao investimento total envolvido, já que obrigará a um grande investimento público**, muito para além dos 62 M€, oriundos do PRR;.
12. **altera a qualidade das águas nas albufeiras de Odeleite e Beliche.**
13. **não será seguramente implementada no curto prazo**, como é desiderato do PRR;

Para comprovar estes impactos, nomeadamente os indicados nos pontos 2 e 3, transcrevemos o que está escrito no documento apresentado na Consulta Pública, **Controle das alterações, pág 6:**

"2.8.16 Apresentar o diferencial do nível de água do rio Guadiana, no troço Formoa-Pomarão, durante o período reprodutor dos peixes migradores (janeiro a maio). Nomeadamente, o nível de água do rio Guadiana nesse troço sem projeto, em perfil e em valores para situação de caudal médio, baixa-mar mínima e preia-mar máxima. Sob o mesmo desenho apresentar os níveis de água do rio Guadiana previstos para o cenário de exploração da tomada de água com redução de caudal na ordem dos 9 a 11% (conforme Quadro 136), em perfil e em valores para as situações referidas. Não respondido. A resposta centra-se no caudal e na velocidade. Foi solicitado que quantificassem a redução do nível de água."

São apontados IMPACTOS ditos Positivos

- nas alterações climáticas, pelo "aumento" do recurso hídrico, nomeadamente no abastecimento urbano de água, sendo que, na realidade, este se destina a ser consumido de imediato pelo

aumento do regadio; por outro lado, diminui o caudal do Guadiana, recurso hídrico dos territórios a jusante;

- na economia e na sociedade por criar postos de trabalho na agricultura, mas quem os ocupa são imigrantes, a maioria dos quais em trabalho sazonal, com más condições de alojamento, salário, sem respeito pela sua dignidade e liberdade.

Contradições e Omissões

- Nos “Objetivos e justificação do projeto” está escrito que “a seca na região do Algarve apresenta tendência de agravamento devido ao efeito das alterações climáticas”, o que é apenas parcialmente verdade, já que o Algarve sofre de problemas hídricos há mais de 40 anos (documentados e estudados) e o que tem vindo a afectar de forma crescente a disponibilidade hídrica é a extração de água para regadio extensivo, fenómeno acompanhado do abandono do pomar de sequeiro e das práticas paralelas de desmatamento e lavragem, que levaram ao aumento da desertificação.
- Os 16hm³ em média que alegam poder adicionar ao volume da barragem de Odeleite tem como principal justificativa a segurança hídrica para a população. Em contradição flagrante com o que está explicitamente expresso nos documentos anteriormente citados - **Plano de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHA)**, e **Estudo para o Regadio 2030** -. O escamotear do real objetivo e da verdadeira dimensão para o uso (ou % de usos) para a agricultura é uma enorme falha no resumo não técnico. A informação oficial, fornecida pela Administração dos Recursos Hídricos do Algarve /Agência Portuguesa do Ambiente (ARH Algarve/APA) mostra que a maior parte do consumo hídrico da região, quase 60% do consumo total, é feito pela agricultura intensiva de regadio.
- O próprio o Resumo não Técnico informa que as tendências climáticas na região são de menor pluviosidade e maior evaporação (ou seja, verões mais quentes e longos). Não é aceitável desviar ainda mais água dos cursos naturais (por onde alguma parte da água encontra o caminho para zonas subterrâneas, outra sustenta os já escassos ecossistemas ripários tão importantes no ciclo hidrológico) para o armazenar a sol exposto, numa barragem, onde a evaporação é uma constante. Terão feito os cálculos de previsão (tendo em conta as projeções climáticas) de quantos hm³ serão evaporados dos referidos 16hm³ que dizem poder adicionar ao volume da barragem de Odeleite ?
- Os dados de pluviosidade, e outros parâmetros que usam para as previsões não são recentes, nem abarcam a última década, dados que existem, e que teriam de ser os utilizados como prescrevem as boas práticas de previsão climática - por exemplo, usam dados apenas até 2015, numa das referências recorrem aos dos anos 80, enquanto que noutra utilizam os dos anos 30! Apesar de afirmarem que o cenário é de grave escassez hídrica.
- Toda a região impactada tem algum nível de proteção ambiental estabelecida legalmente porque é um território já muito fragilizado. Além disso é habitat do Lince ibérico, espécie extremamente ameaçada e que tem sido alvo de projectos de recuperação e protecção, objectivos que não beneficiarão com a maior fragmentação do seu habitat que este projecto provoca.
- Não é feito uma avaliação do impacto do reforço da rede elétrica. É referido uma intenção de maximizar o uso de energias renováveis para o abastecimento elétrico que esta nova estrutura exige. Mesmo que se trate de energia solar ou eólica, representa uma maior carga impactante na região que já possui várias mega centrais solares .
- Não há avaliação dos impactos cumulativos, com as centrais solares, as novas linhas eléctricas, os projectos de mineração, e projectos agro-industriais que já desenvolvem ou estão previsto para etse território -tudo elementos de perigo para o território.

FALTA DE RIGOR NA AVALIAÇÃO

Consultando vários dos documentos disponíveis nesta consulta pública, nomeadamente o [Relatório Síntese, tomo II](#), apesar dos diagnósticos e da descrição pormenorizada de **alguns** impactos, **é surpreendente a falta de rigor nas conclusões**. Expomos:

- muitos impactos são classificados como *pouco significativos*, com a ambiguidade e falta de rigor que o “pouco” traduz;
- há situações cujos impactos não foram avaliados, nomeadamente os que dizem respeito às obras necessárias na rede eléctrica;
- os impactos nas áreas contíguas à área de implementação do projecto de engenharia não foram avaliados, tal como o não foram os impactos cumulativos;
- não foi igualmente avaliado o impacto no caudal do Guadiana em território Espanhol, sabendo-se que Espanha tem projectado reforços de água para a Andaluzia, havendo já a exploração de Chança;
- os efeitos na disponibilidade de água no atual perímetro de rega do Alqueva são igualmente ignorados.

CONCLUSÃO

Assim, a PAS considera que apresentar este projecto sem a prévia concordância de Espanha e da EDIA, é uma irresponsabilidade, quer pela perda de tempo, quer pelo desbaratar de oportunidades, quer ainda pelo desperdício de dinheiro público gasto no pagamento do design do projecto.

Só após ter garantido que aqueles condicionantes, transfronteiriços e nacionais, seriam ultrapassados, o estado português poderia ter avançado para a análise desta possibilidade e para o estudo do seu impacto ambiental.

Em 2018 o Tribunal de Contas Europeu, no seu relatório especial, salientava o risco acentuado de desertificação no sul de Portugal e aconselhava que se **praticassem culturas adaptadas às disponibilidades de água e que se procedesse à reversão da degradação dos solos até 2030**, conforme estabelecido pela Comissão Europeia.

Tal como conclui o Tribunal de Contas Europeu, no seu relatório recentemente publicado em 2021, “Utilização Sustentável da Água na Agricultura” **o resultado da modernização dos sistemas de irrigação não resulta necessariamente em menores consumos**, já que essas poupanças são redireccionadas para culturas que exigem maiores dotações de água ou utilizadas para aumentar as áreas irrigadas.

O caso concreto deste projecto temos levamos a recordar que a intrusão salina, que já acontece e aumentará no parte sul do Guadiana, também acontece nos aquíferos e decorre da utilização de volumes excessivos de água subterrânea pela agricultura, mas que ela é só uma parte dos danos que a atividade provoca nos aquíferos. Complementarmente ao problema da intrusão salina, todos os aquíferos da região estão poluídos com contaminantes (fertilizantes e pesticidas de síntese) oriundos da atividade agrícola e as mobilizações de solos que a agricultura intensiva pratica, destroem os pontos de recarga dos aquíferos, acrescentando ao problema da falta de pluviosidade o problema da falta de recarga, que já se verifica na região há vários anos.

Além disso existem outras alternativas para aumentar a oferta, sem os impactos ambientais destas grandes obras de construção civil, alternativas que vão desde a reutilização das águas residuais, à criação de zonas

de infiltração, à reconstrução do solo, à criação de charcas, à recolha de águas pluviais em meio urbano, aliadas à diminuição das perdas nas redes urbanas e agrícolas, bem como à redução dos desperdícios em regas dos espaços, públicos e privados, a plantas não adaptadas às condições edafoclimáticas, lavagens de No PREHA Vol. I) referem que perdas reais de água significativas nos sistemas de abastecimento público de água, em alguns casos superiores a 40 %, o que justifica a necessidade de apostar em mais medidas de eficiência hídrica com o objetivo de reduzir essas perdas (Pág. 81).

Neste documento, é referido ainda que “Nem toda a água utilizada é realmente aproveitada, existindo ainda uma componente importante de desperdício associada a perdas e ao uso ineficiente da água para os fins previstos. A ineficiência do uso da água comporta elevados prejuízos ambientais, sociais e económicos” (Pág. 85), donde é imprescindível atuar neste contexto, em detrimento do presente projeto de investimento.

São identificadas ainda medidas de curto e médio prazo, que pretendem atingir vários objetivos (Pág. 86), nomeadamente, os seguintes:

- Reduzir perdas de água na adução e distribuição;
- Reduzir volumes de água naturais captados;
- Utilizar água para reutilização.

A título de exemplo, a França tem um plano de redução do uso de água até 2030, através da adoção de uma monitorização diária da situação dos reservatórios de água e da distribuição para cada localidade. O objetivo da monitorização é, de forma a que a população e o governo possam adaptar o seu consumo à situação das reservas, podendo existir incentivos financeiros para os consumidores que economizarem mais. O plano inclui incentivos para mudanças na irrigação agrícola e um aumento da utilização de águas de reutilização.

Fazer uma grande obra de engenharia, com enormes impactos ecossistémicos e sociais, apenas porque se quer aumentar a área deste tipo de agricultura intensiva, poluente e gastadora do recurso escasso, que é a água, que todos os estudos apontam para que ainda o será mais no futuro, não é justificável, seja qual for o ângulo pelo qual se analisa a situação.

É nele desperdiçado um elevado investimento público para uma “solução” que depende de chuva que é escassa, e de energia elétrica que é cada vez mais cara e impactante de produzir.

O investimento será melhor utilizado na restauração dos ecossistemas de forma a garantir as condições para o vapor de água atmosférico ser condensado na região das serras e cair na forma de chuva, com medidas acompanhantes de redução das múltiplas lavagens anuais e desmatamentos que apenas secam ainda mais os ambientes, e assim maximizar a retenção da humidade na vegetação, no solo e nos sistemas aquáticos subterrâneos.

Caso se mantenha este investimento, a primeira e única prioridade deve ser o abastecimento doméstico local e, sempre que necessário, o abastecimento doméstico à região do Algarve, excluindo assim, outros fins, nomeadamente a agricultura intensiva de regadio.

A PAS reafirma que fazer uma grande obra de engenharia, com enormes impactos ecossistémicos e sociais, para permitir o aumento a área da agricultura intensiva, poluente e gastadora do recurso escasso, que é a água, que todos os estudos apontam para que ainda o será mais no futuro, não é justificável, seja qual for o ângulo pelo qual se analise a situação.